
TUTELA MILITAR ATÉ QUANDO?

Desde o advento da República, os militares acostumaram-se a impor sua vontade à sociedade brasileira. O clímax de suas ingerências na vida política nacional foi a Ditadura Militar (1964-1985). O projeto de “modernização conservadora” implantado pelas Forças Armadas amparou-se no Terrorismo de Estado e produziu profundas transformações na institucionalidade.

Quando o regime entrou em crise no final dos anos setenta, graças à hiperinflação e ao renascimento do movimento operário e do movimento estudantil, os generais conseguiram organizar uma retirada em ordem unida. Pressionados, concederam uma Anistia apenas parcial em 1979, e ainda cuidaram de providenciar sua autoanistia. Tiveram força para barrar a emenda das Diretas em 1984 e garantir, mediante negociação com Tancredo Neves (e depois com José Sarney), uma transição suave, sem punições.

Mais tarde, no processo constituinte de 1988, exerceram fortes pressões sobre os parlamentares para que nada saísse dos eixos. Conquistaram a aprovação, na nova Constituição Federal, do bizarro artigo 142 e com ele a vigência do instituto da “Garantia da Lei e da Ordem”. Atuaram para impedir a dissolução das Polícias Militares, e as mantiveram atreladas ao Exército como “forças auxiliares”. Também garantiram o controle de importantes atribuições do Estado brasileiro, como o tráfego aéreo civil e as capitânicas dos portos.

Desse modo, embora encerrada formalmente, a Ditadura Militar deixou muitas sequelas. Os militares continuaram a exercer sua tutela sobre a sociedade civil, e continuaram intocáveis. Mesmo depois que o Ministério da Defesa foi criado, no governo FHC, e confiado a civis, os comandos das três Armas continuaram interferindo em assuntos que deveriam estar em mãos civis. Por outro lado, em 2010 o Supremo Tribunal Federal convalidou a canhestra autoanistia inventada pela Ditadura Militar em 1979 (“crimes conexos”), e, assim, perpetuou a impunidade de assassinos e torturadores fardados e civis.

Em 2015 o então comandante do Exército, general Villas Bôas, nomeado pela presidente Dilma Rousseff (PT), deu início a um ambicioso projeto de retomada ostensiva do poder político da sua Arma. O resultado mais visível e mais potente desse projeto foi a eleição, em 2018, do ex-capitão reformado Jair Bolsonaro. E, com ele, o crescimento do neofascismo no país.

A atuação política dos militares tem sido desastrosa para as liberdades democráticas no Brasil. É com este prisma que, nesta edição, procuramos levantar pistas sobre a “questão militar”, indagando da possibilidade de, algum dia, a sociedade brasileira vir a emancipar-se da tutela das Forças Armadas. É desse tema que trata a reveladora reportagem de Luciana Araújo iniciada na página 14, que conta com análises dos professores Manoel Domingos (UFF) e João Roberto Martins Filho (UFSCar), da professora Eunice Prudente (Faculdade de Direito da USP) e do advogado Márcio Sotelo Felipe, ex-procurador-geral do Estado de São Paulo. Outra reportagem, de Rudson Soares, elenca os achados da CPMI do 8 de janeiro, que indiciou por envolvimento com a frustrada tentativa de golpe contra o atual governo 30 militares, entre os quais nove oficiais-generais.

“Novo NEM”, PEC 9/2023 e ataques em escolas

Tema forte desta edição, a educação é objeto de três importantes matérias.

Artigo do professor Fernando Cássio, da Faculdade de Educação da USP, analisa o PL 5.230/2023, que reforma a lei 13.415/2017 (“Novo Ensino Médio”). Na sua avaliação, o “novo” Novo Ensino Médio submetido ao Congresso pelo MEC é “tão ruinoso quanto a versão atual, mas desta vez com o beneplácito de um governo progressista”.

Reportagem de Guilherme Jeronymo aborda a questão dos ataques a escolas no Brasil e suas causas, entre as quais desponta a influência, sobre parte dos jovens, do “ecossistema do ódio” existente na Internet. Uma segunda matéria sua trata da PEC estadual 9/2023, que reduz em cinco pontos percentuais (de 30% para 25%) a verba vinculada da educação no Estado de São Paulo.

HRAC ou “Centrinho” e seu absurdo abandono

O Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC), conhecido na cidade de Bauru como “Centrinho”, tem uma história que merece ser conhecida. No entanto, o HRAC foi abandonado pela Reitoria da USP e está sendo desmantelado por sucessivas gestões reitorais, de M.A. Zago a Carlotti Jr. É imprescindível a leitura da bela reportagem de Gilberto Nascimento, com fotografias de Manoel Marques.